

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

21
Junho
2017



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

TJ MANTÉM MULTA DE R\$ 35 MILHÕES CONTRA ARCELOR



Área industrial da empresa ArcelorMittal: Justiça confirmou multa por poluição

Empresa foi punida pela Prefeitura de Vitória por causa do pó preto

CAIQUE VERLI
cvsousa@redgazeta.com.br

As multas milionárias aplicadas contra a ArcelorMittal, por poluição em Vitória, foram mantidas pela Justiça Estadual. A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que manteve, com maioria de votos, a decisão do juiz da primeira instância. Ele indeferiu o pedido da siderúrgica para suspender os cinco autos de infração, que junto totalizam quase R\$ 35 milhões.

A siderúrgica foi penalizada em janeiro de 2016

por poluir o mar e o ar com pó preto na região do Porto do Tubarão. A maior das cinco multas, de R\$ 30 milhões, foi aplicada por causa da provocação contínua da "degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente", segundo o auto de infração.

Houve ainda multas por exceder os limites de poluição por pó preto nas estações de monitoramento, pelo "elevado potencial poluidor ou degradador em desacordo com a legislação e normas vigentes", outra



A GAZETA noticiou o fato em janeiro de 2016

por denúncias recorrentes de poluição.

Por último, foi ainda atingida pela "emissão visível de poeiras, né-

voas e gases em qualquer operação de britagem, moagem, estocagem e transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos".

O voto dos desembargadores foi dado na última segunda-feira. A empresa alegava que o município de Vitória não poderia intervir no caso já que possui licença válida para operar, expedida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). O relator do caso, o desembargador Marcos Asséf do Vales Depes, disse que é de competên-

cia comum entre os entes federativos proteger o meio ambiente e combater a poluição.

O secretário municipal de Meio Ambiente Luiz Emanuel Zouain comentou a decisão e considerou o resultado como uma vitória para os moradores da cidade. "Estou feliz em nome da população da cidade. Isso é vitória da fundamentação técnica, do trabalho elaborado por nós ano passado, pela Gerência de Controle Ambiental da Prefeitura, pela fiscalização nossa, que atua monitorando as atuações das empresas em Vitória", declarou.

OUTRO LADO

"Vamos avaliar a decisão"

Por intermédio de nota, a ArcelorMittal informou que vai aguardar a publicação da decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) para ter acesso à íntegra da decisão e avaliar as providências que podem ser adotadas pela empresa. Não foi adiantado se pretendem recorrer contra a decisão. A siderúrgica acrescentou que está em execução um plano de investimentos ambientais que visa aprimorar os controles da empresa. Garantiu também que tem compromisso com a questão ambiental da Grande Vitória e que se mantém aberta ao diálogo para buscar soluções que gerem melhorias para a qualidade do ar na região.

"Sofrimento está longe do fim"

"A multa foi bem aplicada, porque a ArcelorMittal polui. Não há dúvidas", avalia Eraylton Moreschi, presidente da ONG Juntos SOS ES Ambiental. Mas ele destaca que o sofrimento da população está longe de terminar.

Moreschi destaca que médicos, em depoimento

à CPI do Pó Preto, realizada na Assembleia Legislativa, deixaram claro que a poluição por pó preto e por gases prejudicam a saúde da população. "Algo que já está mais do que provado", diz.

Ele observa ainda que dados da Organização Mundial de Saúde

(OMS) que estes tipos de poluentes podem causar à população irritação, alergias, doenças respiratórias, cardíacas e até câncer. "Para a empresa é mais fácil pagar a multa do que gastar com equipamentos eficientes para a emissão de material e o gases de enxofre.



Ambientalista Eraylton Moreschi aprova a multa

GUILHERME FERRARI - 07/04/2015

Justiça mantém multas a empresa por causa de pó preto

Rayza Fontes

As multas no valor de R\$ 35 milhões aplicadas por transtornos causados pelo pó preto à empresa ArcelorMittal Tubarão pela Prefeitura Municipal de Vitória foram mantidas por decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por maioria de votos.

A empresa havia entrado com um recurso alegando que a Prefeitura de Vitória não poderia aplicar as multas, sendo elas de competência do órgão que deu a licença ambiental à empresa, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Entretanto, o desembargador

substituto Marcos Assef Do Vale Depes, relator do processo, destacou que deve prevalecer "a competência comum entre os entes federativos para proteger o meio ambiente e combater a poluição

em qualquer de suas formas

A ArcelorMittal Tubarão informou em nota que aguardará a publicação do voto para ter acesso à íntegra da decisão e avaliar as providências cabíveis.

LEONE IGLESIAS - 27/10/2016



MORADOR de Vitória mostra na palma da mão o pó preto retirado da varanda de seu apartamento

Justiça mantém multas milionárias por pó preto

A ArcelorMittal foi penalizada em janeiro de 2016 em quase R\$ 35 milhões por poluir o mar e o ar com pó preto na região do Porto do Tubarão

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo manteve multas milionárias aplicadas pela Prefeitura de Vitória a ArcelorMittal. A siderúrgica foi penalizada em janeiro de 2016 em quase R\$ 35 milhões por poluir o mar e o ar com pó preto na região do Porto do Tubarão, mas entrou com um recurso para suspender as infrações. O recurso foi negado na primeira e na segunda instância da Justiça.

A decisão judicial foi na tarde desta segunda-feira (19). A empresa alegava que o município de Vitória não poderia intervir no caso já que possui licença válida para operar, expedida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O relator do caso, o desembargador Marcos Assef do Vales Depes, disse que é de competência comum entre os entes federativos proteger o meio ambiente e combater a poluição.

O secretário municipal de Meio Ambiente Luiz Emanuel Zouain comentou a decisão e considerou o resultado como uma vitória para os moradores da cidade.

“Estou feliz em nome da população da cidade. Isso é vitória da fundamentação técnica, do trabalho elaborado por nós ano passado. Pela Gerência de Controle Ambiental da Prefeitura, pela fiscalização nossa que atua monitorando as atuações das empresas em Vitória”, declarou.

A Arcelor disse que vai aguardar a publicação do voto para ter acesso à íntegra da decisão e avaliar as providências que podem ser tomadas pela empresa. A siderúrgica acrescentou que está em execução um plano de investimentos ambientais que visa aprimorar os controles da empresa. Garantiu também que tem compromisso com a questão ambiental da Grande Vitória e que se mantém aberta ao diálogo para buscar soluções que gerem melhorias para a qualidade do ar na região.

TJ-ES mantém multa de R\$ 35 milhões contra a Arcelor

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/tj-es-mantem-multa-de-r-35-milhoes-contra-a-arcelor/5954369/>

Tribunal analisa caso Alexandre Martins

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) analisa hoje uma apelação do Ministério Público do Estado (MPES) e outro recurso da defesa de Walter Gomes Ferreira, com relação ao julgamento do assassinato do juiz Alexandre Martins. O relator de ambos os recursos é o Desembargador Willian Silva.

A sessão será pública e aconte-

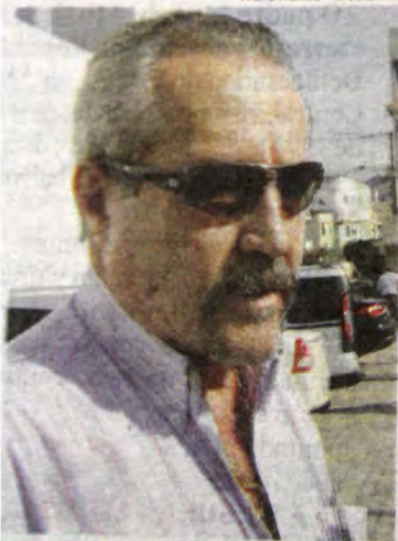
ce a partir das 14 horas, no Salão Pleno do TJES, na Enseada do Suá, em Vitória.

No recurso, o MPES pede que Cláudio Luiz Andrade Baptista, o Calú, seja submetido a novo julgamento, tendo em vista que o réu foi absolvido pelo tribunal do júri.

Por sua vez, Walter Gomes Ferreira pede anulação do julgamento que o condenou a 23 anos de reclusão, por entender que uma testemunha supostamente impedida foi ouvida e, ainda, que a sua condenação não encontraria amparo em nenhuma prova. O coronel Ferreira ainda pede a prescrição do crime de quadrilha e, também, pela redução das penas fixadas.

O julgamento do Coronel Ferreira e de Calu foi um dos mais longos já realizados no Estado. Durou sete dias. Calu foi inocentado e Ferreira foi considerado culpado de mandar assassinar o juiz Alexandre Martins em março de 2003, e também de fazer parte de uma quadrilha criminosa no Estado.

FÁBIO NUNES - 24/08/2015



FERREIRA: 23 anos de prisão

Tribunal de Justiça do ES analisa recursos do caso Alexandre Martins

Ao todo, vão ser julgados dois recursos. Um do Ministério Público que pede um novo julgamento para Calú (absolvido do crime) e outro da defesa do Coronel Ferreira, que pretende anular a condenação.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai analisar durante uma audiência pública, nesta quarta-feira (21), dois pedidos de recursos do caso Alexandre Martins. O primeiro pedido é do Ministério Público do estado (MP-ES) para que seja feito um novo julgamento para Calú. O segundo pedido é da defesa do Coronel Ferreira, que pretende anular a condenação de 23 anos de prisão determinada no julgamento de 2015.

O juiz Alexandre Martins foi morto no dia 24 de março de 2003 na porta de uma academia em Vitória. Nos últimos 14 anos foram apresentados alguns suspeitos de serem os executores e os mandantes do crime. Em 2004, dois dos acusados confessos foram condenados por homicídio qualificado (crime de mando), furto da arma do magistrado e por formação de quadrilha.

Em 2015, aconteceu o julgamento de dois dos acusados de serem os mandantes do crime. No dia 30 de agosto de 2015, o ex-policial e empresário Cláudio Andrade, o Calú, foi absolvido e o coronel Ferreira foi condenado a 23 anos de prisão. Ferreira pode recorrer em liberdade.

Recursos

A 1ª Câmara Criminal do TJ-ES vai analisar uma Apelação Criminal do MP-ES e outro recurso da defesa do coronel Ferreira, com relação ao julgamento realizado pelo Tribunal do Júri de Vila Velha, relativo ao assassinato do Juiz Alexandre Martins. O relator de ambos os recursos é o Desembargador Willian Silva.

A sessão será pública no Salão Pleno do TJ-ES, localizado no primeiro andar da sede do Tribunal de Justiça, na Enseada do Suá, em Vitória.

No recurso, o MP-ES pede que Calú seja submetido a novo julgamento. Já a defesa do coronel Ferreira aponta nulidade do julgamento que o condenou por entender que uma testemunha supostamente impedida foi ouvida e, ainda, que a sua condenação não encontraria amparo em nenhum elemento de prova. O coronel Ferreira requer, ainda, a declaração da prescrição em relação ao crime de quadrilha e, também, pela redução das penas fixadas.

TJES analisa recursos do caso Alexandre Martins

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/06/1498046403187937687.html>

Juiz nega indenização à família de idosa

Os filhos de uma idosa que se negou a fazer transfusão de sangue por ser Testemunha de Jeová acionaram a Justiça pedindo indenização por danos materiais e morais contra um plano de saúde no Estado. Na última segunda-feira, a decisão saiu e não foi favorável a eles.

A idosa, que morreu em 2010, estava com câncer de mama em estágio de disseminação óssea e teve de interromper o tratamento de quimioterapia quando apresentou um quadro de anemia.

Os médicos então apontaram a necessidade de uma transfusão de sangue, negada pela paciente por ser Testemunha de Jeová. O tratamento então foi interrompido até a anemia cessar sozinha e, quando a quimioterapia pôde voltar a ser feita, já era tarde e a idosa morreu.

O juiz de direito Marcelo Pimentel, da 10ª Vara Cível de Vitória, autor da decisão, destaca que "a paciente, bem como seus familiares, não autorizaram a transfusão de sangue de que a mesma necessitava, por motivos religiosos, sendo imprescindível para a continuidade do tratamento e da sobrevivência da paciente".

E prossegue: "Responsabilizar o médico, o plano de saúde ou

hospital no caso específico, por essa situação, serve apenas para se achar um culpado para um fato que não há culpado. Nem familiares são culpados, nem o paciente, tampouco o médico ou o plano de saúde, pois simplesmente se observou uma garantia fundamental do cidadão e respeitou todas as normas éticas a ele aplicadas".

Em entrevista ao jornal **A Tribuna**, Pimentel reiterou que respeita a crença e a religiosidade de todos e que o Estado é laico.

"O que não podemos é responsabilizar um plano de saúde porque um civil não quis se submeter a um tratamento necessário para sua saúde e sobrevivência. O plano não paralisou o tratamento para combater o câncer ao seu bel prazer. Foi ela quem decidiu", recorda.

Mas, mesmo assim, Pimentel lembra que é direito da paciente deliberar sobre sua saúde.

"Ela fez uma opção e por isso a decisão a favor do plano de saúde. Se ela deliberou que não fosse feita a quimioterapia, tudo bem. Ela foi certificada dos riscos. Por isso, deixei bem claro na decisão: nesta situação, não existem culpados. Nem os filhos, nem a paciente, nem o plano de saúde em questão", finalizou.

LEONE IGLESIAS - G2/06/2016



AUTOR DA DECISÃO, Marcelo Pimentel diz que escolha foi da paciente

SAIBA MAIS

Justificativa estaria na Bíblia

Por que as Testemunhas de Jeová não aceitam transfusão de sangue?

- > **DE ACORDO COM** a Organização dos Testemunhas de Jeová, é mais uma questão religiosa do que médica.
- > **TANTO O VELHO** quanto o Novo Testamento, de acordo com eles, claramente ordena a se abster de sangue. (Gênesis 9:4; Levítico 17:10; Deuterônimo 12:23; Atos 15:28, 29).
- > **ALÉM DISSO**, para Deus, o sangue representa a vida. (Levítico 17:14)
- > **"ENTÃO**, nós evitamos tomar sangue por qualquer via não só em obediência a Deus, mas também por respeito a ele como Doador da

vida", diz comunicado.

- > **SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO**, milhares de médicos em todo o mundo usam técnicas de conservação de sangue para realizar cirurgias complexas sem transfusão.
- > **ESSAS OPÇÕES TERAPÊUTICAS** são usadas até mesmo em países em desenvolvimento e são solicitadas por muitos pacientes que não são Testemunhas de Jeová.
- > **E DIZEM AINDA**: "Os pacientes, incluindo crianças, que não recebem transfusão geralmente se recuperam tão bem quanto, ou até melhor, do que aqueles que aceitam transfusão".

Fonte: Organização Testemunhas de Jeová

Ex-prefeito de São Mateus vira réu por aumentar salários

O ex-prefeito de São Mateus Amadeu Boroto se tornou réu por improbidade administrativa com outros cinco servidores da prefeitura. A decisão do juiz Lucas Modenesi Vicente, da 1ª Vara Cível de São Mateus, foi publicada na última segunda-feira, mas data de novembro do ano passado.

A denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES) acusa Boroto de ter reajustado os salários de cinco servidores em até 400%. Segundo o MP-ES, os cinco servidores receberam, ao todo, R\$ 1.010.798,38 de forma indevida e ilegal.



LEONE KLESIAS / 13/05/2016

BOROTO é acusado pelo MP-ES

“A contraposição entre as remunerações auferidas pelos requeridos e aquelas auferidas por outros servidores públicos expressam a discrepância entre os valores percebidos e indicam o conhecimento/aceitação dos requeridos quanto à elevada remuneração recebida”, disse o juiz na decisão.

Se condenado, o ex-prefeito pode perder seus direitos políticos e, com os demais réus, terá que ressarcir os cofres públicos.

Amadeu Boroto não foi localizado pela reportagem.

TJ-ES condena faculdade por demorar mais de 16 meses a entregar diploma

Bacharel em ciências contábeis de Pedro Canário deve ser indenizada em R\$ 8 mil. Sentença do Tribunal de Justiça foi publicada no dia 12 de junho.

Uma bacharel em ciências contábeis de Pedro Canário, Norte do Espírito Santo, deve ser indenizada em R\$ 8 mil pela instituição onde estudou, após esperar mais de 16 meses para receber o diploma do curso. A sentença do juiz do município capixaba foi publicada no dia 12 de junho.

Segundo a empresa requerida, o diploma da autora já se encontrava disponível, seis meses após a conclusão do curso, porém não foi retirado pela requerente.

A empresa ré, sediada no estado do Rio de Janeiro, afirmou ainda que, por determinação do Ministério da Educação (MEC), o diploma não pode ser encaminhado pelos Correios, sendo necessário que o aluno ou alguém com poderes específicos assinasse a sua retirada, argumentando assim pela improcedência da ação.

Porém, a autora da ação disse que a instituição de ensino não lhe informou, em nenhum dos vários contatos feitos, da impossibilidade da remessa do diploma pelos Correios.

Segundo o Juiz da Vara Única de Pedro Canário, a instituição não comprovou a existência da determinação do MEC, nem mostrou ter prestado os devidos esclarecimentos à aluna, uma obrigação prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Para o magistrado, a defesa apresentada não se sustenta pelo fato de que, após o ajuizamento da ação, o diploma foi encaminhado pela instituição via Correios, sem que houvesse determinação judicial.

“A atitude da requerida demonstra verdadeiro descaso para com a aluna, pois sem o diploma em mãos o profissional encontra limitações para exercer sua profissão já que algumas empresas aceitam a declaração de conclusão de curso e outras, somente o diploma”, concluiu o juiz.



CAMINHÃO estava com 12 toneladas de barro e passou por cima do estudante Hebert (destaque)



VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Universitário de moto morre atropelado por caminhão

Hebert Corrêa Castela tinha 28 anos e fazia Administração. Ele tombou de moto ao desviar de um pedestre e foi atingido na cabeça

Assim como muitos jovens, o universitário Hebert Corrêa Castela, de 28 anos, tinha vários sonhos. Só que os seus projetos de vida foram interrompidos na manhã de ontem, após ele ser atropelado por um caminhão, em Vila Isabel, Cariacica.

A vítima tombou com a moto que estava pilotando para desviar de um pedestre que caminhava

pela rua Sabino Vieira. O motociclista foi atingido na cabeça.

Policiais militares que atenderam a ocorrência disseram que o acidente aconteceu às 8h20. O caminhão-caçamba branco, placa MSK-8932, que atingiu a vítima, era conduzido pelo motorista Gerimar Biazati, de 28 anos.

Ele estava descendo uma pequena ladeira na rua e o motociclista, que estudava Administração em uma faculdade particular de Vitória, seguia pelo mesmo sentido.

“Eu tinha carregado o caminhão de barro em uma obra de um supermercado em Campo Grande e estava indo descarregar em um terreno do mesmo supermercado. Passava pela rua para acessar a rodovia Leste Oeste, mas não percebi

que o motociclista estava atrás de mim. Só vi que tinha outro caminhão atrás”, revelou o motorista.

Hebert trafegava com a moto Yamaha YBR 125 Factor preta, placa OCX-1774, quando teria tentado ultrapassar o caminhão, passando entre o veículo e um Fox cinza que estava estacionado na rua.

“O motociclista tentou ultrapassar o caminhão, mas ele se depara-

rou com um pedestre que andava na direção oposta da rua. Para não atingir o pedestre, o motociclista jogou a moto para a direita”, afirmou o aspirante a oficial Rafael, do Comando de Policiamento de Unidade do 7º Batalhão (Cariacica).

Nesse momento, o universitário caiu com a moto na rua e o caminhão passou com a roda traseira esquerda por cima da cabeça dele.

“Eu não vi a moto atrás de mim. Vi que tinha um pedestre na rua, mas na hora eu ouvi o barulho e parei para ver o que tinha acontecido. Vi o rapaz caído e fiquei assustado”, revelou o motorista do caminhão.

Uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-192) foi acionada. O univer-

“O motociclista tentou ultrapassar o caminhão, mas ele se deparou com um pedestre”

Aspirante Rafael, policial militar

DEPOIMENTO

“Fiquei assustado”

“Só ouvi o barulho da moto caindo e parei para ver o que tinha acontecido. Não imaginei na hora que uma pessoa tinha morrido. Quando vi ele caído no chão, eu fiquei assustado. Trabalho há sete anos como motorista e nunca tinha passado por uma situação dessas. É complicado.”

Com certeza foi uma fatalidade de que aconteceu e a gente agora fica com um trauma, por mais que eu não tenha culpa de nada. Eu estava trafegando bem devagar, até mesmo porque, no momento, ia passar por um quebra-molas. Infelizmente aconteceu isso”.

Gerimar Biazati, 28 anos, motorista do caminhão

sitário, que estava usando capacete, morreu na hora. O caminhão que o atropelou estava carregado com 12 toneladas de barro. O pedestre que estava andando na rua não foi identificado pela polícia.

Estudante queria comprar carro e deixar motocicleta

Um dos planos do estudante Hebert Corrêa Castela era vender a moto e comprar um carro, mas estava juntando dinheiro para dar entrada no veículo.

A informação foi dada na noite de ontem pelo seu tio, o vigilante Luiz Claudio Correa, 63, que aproveitou para fazer um alerta para quem tem moto e pediu que as pessoas redobrem a atenção.

Horas antes, no Departamento Médico Legal (DML), um colega de trabalho do estudante contou que ele teria uma consulta médica marcada para a manhã de ontem.

Visivelmente triste, esse funcionário, que não se identificou, contou que o jovem exercia o cargo de assistente administrativo na empresa há pelo menos dois anos.

Segundo ele, Hebert entrava às 8h30, mas tinha avisado que teria um médico, provavelmente um or-

topedista, por conta de um problema no pulso.

Esse funcionário contou que o rapaz morava em Santo André, Cariacica. “Ele era bem dedicado na parte do serviço, bem comunicativo, mas infelizmente (silêncio)”.

A bancária Ellen dos Santos, 29, também esteve no DML. “Somos amigos de igreja há três anos. Ele tocava guitarra. Trabalhava o dia e à noite ia para a faculdade”.

Ela contou que o rapaz já pilotava moto havia algum tempo e colecionava sonhos. “Ele sonhava em ir morar no Canadá. Era muito carinhoso. Adorava crianças. Parece que o irmão dele ficou arrasado. Domingo passado ele foi num congresso em Minas Gerais”.

O sepultamento será hoje no Cemitério de Cruzeiro do Sul, às 10 horas. O caso é investigado pela Delegacia de Delitos de Trânsito.

Número de acidentes sobe

A morte do universitário Hebert Corrêa Castela, de 28 anos, chama a atenção para o número de acidentes no trânsito envolvendo motociclistas. Os atendimentos feitos pelo Samu aumentaram.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), nos primeiros quatro meses de 2017, o Samu 192 realizou 3.990 atendimen-

tos a acidentes de trânsito, sendo 1.746 envolvendo motociclistas. No mesmo período de 2016, foram 2.580 atendimentos a acidentes, sendo 1.492 com motociclistas.

A coordenadora geral do Samu, Julianna Vaillant Louzada Oliveira ressaltou que o trauma está entre as principais causas de morte entre os jovens. “As lesões, geralmente, são mais graves em acidentes com motociclistas, sendo as mais comuns os traumas nas extremidades como braços e pernas”.

O presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais (Sindimotos), Alexandre Martins, disse que os condutores não profissionais deixaram maiores os índices de acidentados.

“Os demais motociclistas passaram a ser os mais envolvidos. É preciso melhorar a formação dos condutores. Hoje, eles treinam para fazer um percurso sem saber lidar em situações como andar com alguém na garupa, por exemplo.”



SAMU: mais ocorrências com moto

ATENDIMENTOS DO SAMU

Ocorrências em acidentes de trânsito



54% FOI O AUMENTO no número de atendimentos a acidentes de trânsito, considerando o mesmo período de 2016 e 2017

Atendimentos envolvendo motociclistas



R\$ 11 mil SÃO GASTOS EM MÉDIA com pacientes vítimas de acidentes de trânsito

Fonte: Sesa.

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Delegado defende penas mais rígidas

Para Alberto Roque Peres, a pena é muito branda para quem, sob efeito de álcool ou drogas, mata uma pessoa no trânsito

No comando da Delegacia de Delitos de Trânsito, o delegado Alberto Roque Peres defende penas mais duras para crimes de trânsito, especialmente em casos de morte.

"A pena é muito branda para quem, sob efeito de álcool ou drogas, mata uma pessoa no trânsito: é de até seis anos. Somando-se a embriaguez, a pena pode chegar a nove anos", afirmou.

Entretanto, o delegado preferiu não citar qual seria o tempo ideal para a pessoa ficar na cadeia, mas ele garantiu que deve ser o suficiente para que ela repense seus atos e não faça novas vítimas fatais.

"A função principal da pena não é só punir quem comete e, sim, evitar que outras pessoas cometam aquele crime. Não adianta nada ficar punindo depois que a pessoa morreu. Eu quero que ninguém mate no trânsito."

Ele defende ainda que seja feito um amplo debate entre sociedade e legisladores para se chegar a um tempo de cumprimento da pena.

"Quando há uma morte dolosa, o Código Penal prevê até 30 anos de punição. Então deveria se debater

até quantos anos quem mata deveria ficar preso."

Ele citou que, na esfera administrativa, já houve o endurecimento da punição, aumentando o valor da multa para R\$ 2.934,70.

"Foi só aumentar o valor da multa e você vê que a fiscalização se tornou mais eficiente. Um dos fatores é realmente a repressão. Mas, lógico, que o ideal é a educação. As pessoas realmente precisavam se conscientizar de que ingerir bebida alcoólica e dirigir é um risco para ele e para os demais."

O delegado lembrou ainda que há um conjunto de fatores que pode levar a um massacre no trânsito: imprudência do motorista, atitudes do pedestre e, em alguns casos, a omissão do poder público em regulamentar as vias com passarelas, sinalização de trânsito, faixa de pedestres.

INQUÉRITOS

Somente neste ano, o delegado instaurou cerca de 140 inquéritos de casos ocorridos em Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Desse total, entre 80% e 90% houve morte. Há também casos de lesão corporal.

Peres lembrou que um inquérito pode apurar mais de uma morte. Ele disse que a maior causa de acidentes é a imprudência, dentre as quais embriaguez, uso de celular, excesso de velocidade, seguidos de outros desrespeitos às regras, como conversão e ultrapassagem em locais proibidos.



ALBERTO ROQUE PERES, da Delegacia de Delitos de Trânsito, instaurou cerca de 140 inquéritos somente neste ano

"Vivemos uma tragédia no trânsito"

Classificando a realidade no trânsito hoje como grave, o diretor geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES), Romeu Scheibe Neto, afirmou que é preciso que a sociedade mude o comportamento no trânsito para conseguir reduzir o número de acidentes. "Vivemos uma tragédia", lamentou o diretor.

De acordo com ele, dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que 90% dos acidentes são causados pela imprudência.

"Isso comprova que eles poderiam ser evitados. Essa é uma questão grave e a sociedade precisa perceber a importância de ser mais tolerante, gentil e humano no trânsito. Há uma tendência das pessoas acharem que nunca vai acontecer com elas, mas essa visão leva a essa

postura de assumir risco."

Para tentar reduzir o número de acidentes, ele afirmou que o Detran tem investido em campanhas educativas.

"A mais recente foi a que mos-

trava esse conceito de que a nossa escolha faz a diferença no trânsito. Em maio, fizemos mais de 30 mil abordagens nas ruas e escolas, alertando para atitudes como o uso do celular, excesso de velocidade, falta do capacete e do cinto de segurança no banco traseiro, além da alcoolemia."

Além disso, Scheibe Neto enfatizou que estão sendo debatidas mudanças na base curricular da formação do condutor. "O Detran está no Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que debate essa realidade. Hoje, a forma que é feita a formação, as provas e tudo mais é estabelecido lá."

O diretor-geral disse que o Estado ainda neste semestre deve voltar à implantação do monitoramento das aulas práticas de trânsito, por meio de câmeras e sensores.



SCHEIBE NETO alerta para casos

Mais de 60 estão presos

No Espírito Santo, 67 pessoas estão presas por crimes de trânsito, que inclui a embriaguez ao volante.

O número, que foi passado pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), pode ser ainda maior, já que muitos motoristas são autuados por crimes do Código Penal, que envolvem homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal.

Para o fundador do movimento "Não foi acidente", Nilton Gurman, o número de condenados por crimes de trânsito ainda é pequeno.

"Temos 36 mil processos em andamento no País, então é um número ainda pequeno. Para quem perdeu um familiar é muito duro saber que os responsáveis por essas mortes não são presos."

Ele, que fundou o movimento após a morte de seu sobrinho, em São Paulo, em 2010, é um dos autores da lei que coloca regras mais duras para punir quem comete crimes ao dirigir sob efeito de álcool.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para criar o tipo penal de "lesão corpo-



GURMAN: "Número ainda é pequeno"

ral culposa na direção de veículo", prevendo pena de prisão de cinco a oito anos.

O projeto foi aprovado pelo Senado em novembro de 2016 e voltou para a Câmara dos Deputados, já que teve seu texto original modificado. "Quando existe morte, não devemos nem discutir se o crime é culposo ou doloso. O motorista tem de ser segregado da sociedade para pagar a vida que ele tirou", opinou Gurman.

Dez mil cumprem pena alternativa

Nem todo criminoso precisa ir para a cadeia. E a partir desse pensamento de juizes de todo o País, embasadas na legislação, que condenados pela Justiça estão cumprindo penas alternativas à prisão.

Na Grande Vitória, já são 10 mil pessoas que prestam serviço com trabalhos em hospitais, escolas e instituições filantrópicas. Entre os condenados estão motoristas que cometeram algum tipo de crime de trânsito, segundo o juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos.

"No Estado, já temos 20 mil pessoas cumprindo pena de prisão e um déficit de quase seis mil vagas. Se eu colocar mais 10 mil pessoas na cadeia, o sistema prisional capixaba vai explodir. Para alguns crimes, a pena alternativa é muito melhor, pois na prisão essa pessoa seria contaminada pelo sistema", opinou o juiz, responsável por executar as penas alternativas na Grande Vitória.

A substituição da prisão por me-

das alternativas tem algumas regras. A pessoa precisa ter sido condenada a, no máximo, quatro anos, e não pode ser reincidente. Os crimes também não podem ser violentos ou com ameaça grave.

PALESTRAS

A maior parte dos condenados

por crime de trânsito é encaminhada para ciclo de palestras, seguindo a coordenadora de serviço social da Vara de Penas e Medidas Alternativas, Rossana Zago.

"O delito de trânsito, no geral, tem a suspensão condicional do processo. Cada juiz tem um olhar diferente."



JUIZ Carlos Eduardo Lemos diz que há um déficit de 6 mil vagas nas prisões

Espera por audiência e sentença em Juizados Especiais passa de um ano

Segundo a conselheira da OAB, Flávia Aquino, a lentidão pode ser ainda maior que na Justiça Comum

Muitas pessoas buscam os Juizados Especiais Cíveis em busca de soluções rápidas para ações consideradas mais simples. No entanto, há muitas reclamações a respeito da demora desses juizados em marcar as audiências.

Pessoas também aguardam há mais de um ano por uma sentença. Esse é o caso do advogado Hugo Antônio Rodrigues Carvalho, que atua em causa própria contra uma empresa de telefonia. Nenhum representante da companhia compareceu à última audiência em meados de 2016. O advogado ainda aguarda uma sentença.

“Em tese, seria uma sentença rápida, simples, mas tem demorado mais de um ano. O que falam, quando tentamos despachar com o juiz, é que estão fazendo as sentenças em ordem cronológica e que ainda estão nos processos de 2015. O meu processo teve a última audiência no meio de 2016. Ou seja, ainda tem um ano antes de chegar a minha sentença”, explicou.

A conselheira e presidente da Comissão Especial dos Juizados Especiais da OAB-ES, Flávia Aquino, confirma que a demora para marcação de audiências ou para que saiam as sentenças pode passar de um ano em alguns casos.

Segundo Flávia Aquino, a lentidão pode ser ainda maior que na Justiça Comum. Ela explica qual o principal motivo para isso.

“A falta de servidor e a falta de magistrado. No interior, a gente vê semanas inteiras sem juízes para presidir processos. É isso que eu entendo que, hoje, é a maior causa da falta de celeridade nos julgamentos e que acaba por frustrar a sociedade inteira”, disse.

De acordo com a conselheira da OAB, Flávia Aquino, o problema tem se agravado mais nos últimos três anos. Os juizados especiais cíveis foram criados para dar celeridade a ações com valor de até 40 salários mínimos.

PAÍS EM CRISE

FUTUROS GESTORES DO PAÍS?

Gilmar sugere que juízes burlam lei e recebe a ira de magistrados

Em meio a críticas à Lava Jato, ministro alfineta salários acima do teto no Judiciário

▲ **BIANCA VAILANT**
bvailant@redgazeta.com.br

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

A metralhadora verbal do ministro Gilmar Mendes não poupa nem mesmo o Judiciário e a força-tarefa da Operação Lava Jato, alvo constante de sua ira. Depois de ser pintado como “vilão” nacional ao dar o voto de desempate que livrou da cassação o presidente Michel Temer (PMDB), Gilmar voltou a criticar os próprios colegas de magistratura, provocando imediata reação dos magistrados do país.

Em palestra do Grupo Lide, na última segunda-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) direcionou duras críticas a tribunais que não cumprem o teto salarial imposto aos servidores públicos, inclusive à magistratura. “Ninguém cumpre teto, só o Supremo”, disse Gilmar, por isso apregoeou a impossibilidade de pensar que magistrados que almejam carreira política serão bons gestores: “Vamos confiar a

esta gente que viola o princípio da legalidade a ideia de gerir o país?”.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, rebate o ministro, defende a Lava Jato e nega que haja qualquer bloqueio de direitos constitucionais nas investigações que atingem as elites política e empresarial brasileiras. A entidade representa juizes que lideram a Lava Jato, como Sérgio Moro (Curitiba) e Marcelo Bretas (Rio de Janeiro).

Sobre as constantes críticas ao Judiciário, Roberto Veloso disse representarem um “desgaste desnecessário”, e reitera a necessidade de apoio à Lava Jato. “Se o ministro diz que a Lava Jato deve ter limites, nós entendemos que os limites da Lava Jato são a apuração total da corrupção no Brasil. A Lava Jato deve ser apoiada, está prestando um grande serviço ao Brasil”, afirmou Veloso.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turíbio, a postura do ministro Gilmar Mendes não condiz com o que se espera de alguém que ocupa um cargo



Gilmar Mendes é presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal

de tamanha expressão. “É preocupante quando um ministro da mais alta Corte fala de forma tão exagerada. Ele está agindo como um advogado de defesa, não como um magistrado. Fala como se fosse o dono da verdade, e não

respeita nem os colegas de tribunal. É lamentável e abominável”, disse.

CANDIDATURAS

Sobre a impossibilidade de magistrados assumirem carreira política, o presidente da Ajufe afir-

mou que nunca apoiou a candidatura de juizes a cargos eletivos.

“A Ajufe nunca defendeu isso! Então, se há pretensões isoladas, isso não reflete uma posição do movimento associativo da magistratura brasileira”, expli-

DESCONFIANÇA

“Ele (Gilmar) parece estar indo em defesa de alguém. Isso chama atenção e cria uma desconfiança muito grande”

EZEQUIEL TURÍBIO
PRESIDENTE
DA AMAGES

“O ministro está falando mal do seu próprio órgão, isso traz um desgaste grande e desnecessário ao Judiciário”

ROBERTO VELOSO
PRESIDENTE DA AJUFE

cou. Para o presidente da Amages, o questionamento do cumprimento do teto é um “discurso falacioso”, já que parte das verbas recebidas pelos juizes vêm da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). “Se ele, como ministro do Supremo, acha que os juizes descumprem a lei, que tome medidas cabíveis”, completou. Cabe ao STF, por exemplo, enviar ao Congresso a proposta de uma nova Loman.

PAULO UCHÔA/AE

HISTÓRIA DE AMOR E DEDICAÇÃO

Uma infância vivida só em hospitais

Menino que vai fazer 5 anos não passou um dia sequer sem estar internado

LAILA MAGESK
lmagesk@redgazeta.com.br

Todos os dias, Glenda desperta do sofá onde dorme, às 5h. Troca as fraldas do filho, que completa 5 anos neste mês. Desse tempo de vida, nenhum dia sequer o menino conheceu outro lugar que não seja um hospital. Nasceu no Dório Silva, na Serra, e só saiu de lá quando foi transferido, em 2013, para o Infantil de Vila Velha. Flavinho, como é carinhosamente chamado, nunca foi para casa. E, durante esse período, a mãe não saiu de perto do filho.

A história de amor e dedicação de Glenda Miranda Rocha, 31 anos, começou ainda na gestação. "Deixei os estudos para cuidar da minha gravidez e do meu filho. Descobri

que ele tem uma malformação na coluna e hidrocefalia. Ganhei ele no Dório Silva e me recusei a receber alta. Meu filho ficou na UTI neonatal."

Flávio Guedes, o Flavinho, nasceu em 27 de junho de 2012. "Após o nascimento, já tinha feito a cirurgia de coluna, que é da mielomeningocele, e fez a da cabecinha dele (da válvula peritoneal), por volta dos 7 meses. Depois, descobrimos que ele teve a síndrome Arnold Chiari tipo 2, que pode levar a paradas respiratórias e levá-lo a óbito. Mas, graças a Deus, ele está bem melhor."

SERRA

Por um ano, o menino ficou internado na Serra. A mãe se dividia entre a UTI e uma casa de acolhimento no hospital. Mas decidiu deixar o local.

Nesse período, ela ia e voltava de Cariacica para Serra. Com muita luta,

em 10 de julho de 2013, Glenda conseguiu que o filho fosse para o Infantil de Vila Velha.

"A única vez que ele saiu do hospital foi essa. Ele tem o hospital como o único lar. Ele não chegou a conhecer o lar verdadeiro dele. A médica fez várias tentativas de tirá-lo da ventilação mecânica e poder levar um suporte maior para a casa. Mas não tenho mais suporte familiar", lamenta.

Glenda se refere à perda do pai, companheiro de cuidados com o Flavinho. "Ele era o único que revezava comigo. Isso faz uns dois anos e contribuiu para o meu tempo de moradia no hospital. Minha mãe não consegue me ajudar, pois tem problemas de saúde."

Atualmente, a rotina de Glenda é cuidar do menino. A mãe só sai para resolver algo na troca de acompanhante. "O pai dele vem de 15 em 15 dias, aí eu saio."



Glenda vive a rotina hospitalar para acompanhar Flavinho no tratamento

Sonho é ter casa para receber Flavinho

Segundo a mãe, Flavinho precisa sair da ventilação mecânica para ter alta. "Mas a gente não tem para onde ir. A casa da minha mãe não é adequada para ele, segundo avaliação da Justiça. Meu desejo é ter uma casa onde meu filho possa se desenvolver mais" A ONG Doutores Palhaços que visita hospitais está fazendo a campanha para ajudar Flavinho.



ONG Doutores Palhaços faz campanha por Flavinho